



ADEMIR DONIZETI CALDEIRA

**IDENTIFICAR E DISCUTIR, POR MEIO DAS LENTES DO
PROGRAMA ETNOMATEMÁTICA, PROCESSOS DE
SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES PISCATÓRIAS
ARTESANAIS NA COSTA DE CAPARICA EM PORTUGAL**

Grupo de Investigação Observatório de Literacia Oceânica (OLO)

Universidade NOVA de Lisboa

Fevereiro, 2023

RELATÓRIO DE PÓS DOUTORAMENTO



Grupo de Investigação Observatório de Literacia Oceânica (OLO)

Universidade NOVA de Lisboa

Mai, 2023

Identificar e discutir, por meio das lentes do programa etnomatemática, processos de sustentabilidade em comunidades piscatórias artesanais na Costa de Caparica em Portugal

Copyright © <Ademir Donizeti Caldeira>, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa. A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade NOVA de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este relatório pós-doutoral através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

**IDENTIFICAR E DISCUTIR, POR MEIO DAS LENTES DO
PROGRAMA ETNOMATEMÁTICA, PROCESSOS DE
SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADESPISCATÓRIAS
ARTESANAIS NA COSTA DE CAPARICA EM PORTUGAL**



Pós-doutorando

Prof. Dr. Ademir Donizeti Caldeira

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - Brasil

Supervisora

Profa. Dra. Mônica Mesquita

Universidade NOVA de Lisboa – OLO MARENOVA – Portugal

Fevereiro de 2023

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e discutir, por meio das lentes do Programa Etnomatemática, da decolonialidade e das relações étnico-raciais, processos de sustentabilidade em comunidades piscatórias artesanais em Portugal. Trata-se de uma investigação de caráter tipo etnográfico, onde serão coletadas informações de como se desenvolve os princípios do Programa Etnomatemática no saber-fazer dos(as) pescadores(as) artesanais da comunidade piscatória da Costa de Caparica em Portugal, por meio dos artefatos construídos e utilizados na fabricação de redes, nas estratégias de pesca e outros instrumentos que possam ser utilizados por eles(as) para a sua sobrevivência e transcendência. A fundamentação teórica está pautada nas “epistemologias do sul”, na decolonialidade e nas relações étnico-raciais envolvendo não somente os aspectos educacionais, mas também socioambientais e culturais. No que se refere ao Programa Etnomatemática estaremos pautando tanto a indissociabilidade presentes no triângulo da vida entre o eu, o outro e a natureza quanto os olhares na tríade curricular literacia, materacia e tecnocracia. Os resultados nos mostraram que os pressupostos teórico do Programa Etnomatemática presentes nos saberes e fazeres das comunidades de pescadores(as) artesanais de Portugal, contribuíram para uma interlocução intercultural no sentido de compartilhar, não somente as artes de pesca artesanal nos seus variados aspectos mas, principalmente, na relação socioambiental e cultural em busca de respostas sustentáveis para a arte piscatória artesanal.

Palavras chave: Programa Etnomatemática; Sustentabilidade; Comunidade Piscatória. Africanidade

Introdução

Os resultados, aqui apresentados, constituem-se de uma investigação de pós-doutoramento que teve como objetivo “identificar e discutir, por meio das lentes do Programa Etnomatemática, processos de sustentabilidade em comunidades piscatórias artesanais na Costa de Caparica em Portugal”. Trata-se de uma investigação de carácter *etnográfica crítica*, em coparticipação com a comunidade piscatória e pesquisador no saber-fazer dos(as) pescadores(as) artesanais, tais como na montagem e manutenção de redes, nos instrumentos e nas estratégias de pesca, na comercialização do pescado, nas suas relações pessoais, na religiosidade local, nas questões ambientais e territoriais dentre outros elementos utilizados por eles(as) para a sua sobrevivência e transcendência.

Os resultados apresentados foram decorrentes do conceito de Sustentabilidade proposto e do Programa Etnomatemática os quais contribuíram para uma interlocução intercultural, entre pescadores(as) e pesquisador, sobre as artes da pesca artesanal e suas relações com o Humano, com as Leis e com o Legado constituídos pelas dimensões *sociocultural, étnico-racial, ambiental, territorial, econômica, legal e educacional* e, na intersecção de todas, uma reflexão de como a comunidade se mostra em relação à questão da sustentabilidade da pesca artesanal.

Região de inquérito da pesquisa

A região em que foi realizada a investigação localiza-se na cidade Costa de Caparica, inserida no Conselho de Almada – Distrito de Setúbal / Portugal, com pouco mais de 10 km² de área e cerca de 15.000 habitantes. De acordo com Mesquita (2014), a comunidade piscatória artesanal localizada na Costa de Caparica teve suas origens nas populações migrantes, provenientes de outras regiões de pesca do norte e do sul português - Ílhavo e Olhão, respetivamente. Desde o século XVIII, esses migrantes ocuparam uma área de praia desabitada fazendo o máximo proveito das condições geográficas favoráveis usando, inicialmente, uma arte de pesca artesanal chamada Arte- Xávega¹.

Devido as suas origens e formas distintas de vida, a comunidade piscatória – que deu origem a atual cidade da Costa de Caparica, foi marginalizada, ao longo do tempo, pela população local e geraram desconfiança por parte das autoridades. São alguns aspectos desta história que serve, de alguma forma, para explicar as adversidades que a comunidade piscatória tem sofrido por nunca ter sido integrada no desenvolvimento e na promoção desta cidade pelas entidades locais. Além disso, quando, após as primeiras décadas do século XX, a Costa de Caparica foi estabelecida como uma zona turística, a comunidade piscatória foi empurrada ainda mais ao sul e deslocada das áreas de pesca mais rentáveis – frente urbana.

De acordo com Silva (2014) a constituição do povoamento, pela comunidade piscatória, se deu pela abundância de peixes do mar, principalmente pela sardinha e foi, a partir da década de 20 do século passado, com a criação da “Comissão da Iniciativa e Turismo da Praia da Costa de Caparica” o começo da transformação da aldeia piscatória. A partir da década de 40 do século passado vão sendo adquiridos, em atas públicas, os terrenos baldios da Costa, o que faz com que surja o primeiro bairro de moradias, situado a norte da Ruas dos Pescadores, no qual originalmente se instalaram os(as) pescadores(as) Ilhavenses, e o Bairro Costa Pinto, o que obriga as famílias de(as) pescadores(as) oriundas de Olhão a se deslocarem para o sul da Rua dos Pescadores; uma fronteira entre as comunidades piscatórias locais que ainda perpetua separando, agora, os(as) “pescadores(as)” dos “banhistas”.

¹ Detalhamento desta técnica de pesca pode ser visto em Silva (2014).

Já na década de 60 do século passado, com a inauguração da ponte sobre o Tejo e a abertura da Via Rápida, a qual faz a ligação rodoviária direta Lisboa – Costa de Caparica, quebra-se, em definitivo, o isolamento e, ao fim de duas ou três gerações, muitos “banhistas” ficaram, depois do verão terminar, constituindo-se em uma nova identidade para a região, diferenciada da comunidade piscatória, mas igualmente separada da população residente. Em 2004, com a Costa de Caparica elevada à categoria de cidade, a pesca artesanal, e a Arte-Xávega em particular, continua a alimentar muitos pescadores(as) e suas famílias e a abastecer muito mais consumidores fora e dentro das fronteiras nacionais.

Nesta pesquisa foram consideradas duas regiões pertencentes a cidade da Costa de Caparica: pescadores da praia da cidade da Costa de Caparica, denominada apenas como “Costa de Caparica” e a pescadores da praia de “Fonte da Telha” conforme Figura 1.

Figura 1: Mapa da região da Costa de Caparica



Fonte: Daniel Oliveira - OLO (2022)

Material e Método

Partindo do pressuposto de que não é possível seguir uma teoria pronta, com procedimentos lineares e fechados que apenas se adaptam ao contexto, em vez disso, trabalhamos com a investigação qualitativa (Ludke & André, 1986) por entender que seu foco está na análise e na significação do contexto da investigação (Creswel, 2010). Neste sentido, a escolha par o desenvolvimento desta imersão ao campo de pesquisa foi a *etnografia crítica* (Thomas, 1993; Freire, 2014). Para o desenho metodológico foram realizadas cinco visitas de reconhecimento: três na Costa de Caparica e duas na Fonte da Telha – ambas localidades inseridas na cidade da Costa de Caparica. Seguindo os processos da etapa de preparação a fim de estabelecer vínculo com as pessoas da comunidade e com o intuito de iniciar uma parceria entre os atores envolvidos, trabalhamos num processo de coconstrução em uma perspectiva de investigação *bottom-up*, como apresentado em Mesquita (2014), na qual o sujeito de pesquisa passa a ser investigador de sua própria prática.

Esta forma de investigação implica o posicionamento do(a) pesquisador(a) frente a comunidade de uma forma aberta e sem nenhum pressuposto de que levará ou indicará qualquer tipo de comportamento que não seja participativo e em consonância com os valores éticos estabelecidos na comunidade. Assim, os dados qualitativos foram produzidos além das *cinco visitas de reconhecimento*, de *18 visitas de observação participativa e nove entrevistas, sendo duas com pessoas do sexo feminino e sete com pessoas do sexo masculino, destas, seis de origem portuguesa e apenas uma de origem africana, com idades que variou entre os 30 a 78 anos.*

Para a apresentação dos resultados os dados foram, inicialmente, categorizados em sete dimensões: *ambiental; econômico; legal; territorial; educacional; sociocultural e étnico-racial* e posteriormente agrupadas em três: O HUMANO (dimensões sociocultural e étnico-racial), AS LEIS (dimensões territoriais; econômico; legal e ambiental) e O LEGADO (dimensão educacional) conforme apresentados a seguir.

Resultados e Discussão

O HUMANO

(Dimensões sociocultural e étnico-racial)

Tomando a *dimensão sociocultural* como as realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida comunitária quanto para lhe dar significado, encontramos nos pescadores da Costa de Caparica uma fonte inesgotável de processos que se mostram a partir das vivências coletivas humanizadoras bem como quanto aos artefatos que se constituem na força motriz para o sustento da comunidade.

Três artes de pesca, mas não só elas, se constituem num dos elementos mais importantes desta dimensão, trata-se da *Arte-Xávega e Arte de Emalhar e da Arte da pesca de Polvo* (Martins & Carneiro; 2020). Ambas, com suas próprias características, se constituem no sustento da comunidade e, com elas, todo um conhecimento de técnicas, construído durante muitas gerações, sobreviveu e ainda sobrevive, mesmo que em transformação nas comunidades pesquisadas.

Para que as artes possam ser trabalhadas se faz necessário dois elementos e seus artefatos que conjugam numa harmonia constante: *os barcos e as redes*. De tradição milenar, os barcos, inicialmente, em forma de lua, (barco meia-lua) da família dos saveiros, aos poucos foram sendo substituídos pelos mais resistentes e mais baratos. Com seu “olho egípcio” pintado na proa e seus mais variados nomes, muitas vezes homenageando seus familiares ou mesmo deuses gregos e romanos, os barcos se constituem num dos mais emblemáticos artefatos da cultural local. Inicialmente conduzidos da praia ao mar pelos braços dos pescadores e pescadoras e, muitas vezes, também por bois e muares, agora, puxados por potentes tratores.

Figura 3: Pesca noturna de Arte-Xávega na Fonte da Telha



Fonte: Autor (2022)

Outro artefato são as redes. No caso da Arte-Xávega uma história que vem de muito tempo em que eram confeccionadas de materiais menos resistentes e pesados, hoje mais leves e resistentes. Sua montagem sofre pequenas variações com o tempo, dependendo de quem as monta e dos lugares em que são montadas, mas sempre com a mesma técnica e formato, construído de gerações a gerações. Também importante são as *armadilhas de polvo* que se constituem em *covos e alcatruzes*. As primeiras fechadas e com iscas, a segunda abertas em formato de abrigo para os polvos.

Com os barcos e as redes a pesca em si se tornam um patrimônio para os pescadores mas, também, traz preocupações e medo. Os *perigos do mar e os naufrágios* estão presentes na mente dos pescadores em cada saída ao mar e, junto deles, a proteção divina. A devoção por Nossa Senhora da Conceição já vem desde a primeira igreja construída de tábuas pelos primeiros pescadores que chegaram na Costa de Caparica. São várias as histórias de tristeza dos que ficaram no mar, como também são fartas as “*estórias de pescadores*”, muitas delas enaltecendo aqueles que conseguiram uma grande pescaria ou como as histórias de grandes nadadores e soltura de bebês golfinhos enroscados na rede, por exemplo, constituindo-se assim no imaginário da comunidade.

Porém, nem somente os artefatos se constituem na cultura, mas aqueles que as praticam fazem parte destas relações. Assim, as companhias agregam diferentes personagens: *os armadores e os(as) camaradas*. Os primeiros são geralmente os donos das companhias, enquanto os(as) segundos(as) se constituem naqueles(as) que trabalham

dentro dos barcos e, no caso da Arte-Xávega, os que trabalham também em terra. Esses se constituem entre as mais variadas faixas etárias entre homens e mulheres. Estas trabalham quase sempre em terra ajudando a puxar as redes, na recolha dos peixes e em alguns casos na direção dos tratores e geralmente são pessoas da família dos armadores. São elogiadas pelos patrões pela dedicação e cuidado no ambiente de trabalho. Apesar das pescadoras considerarem, por tradição, o ambiente da pesca machista, não se encontra forte narrativa sobre a discriminação em relação a elas para o trabalho. Entretanto, as pescadoras quase nunca trabalham dentro do barco.

No que se refere a *dimensão étnico-racial* existe, na comunidade piscatória da Costa de Caparica, alguns pescadores negros de origem africana. Ressalta-se, porém, que pelo próprio processo colonizador no período das Grandes Navegações, bem como, e principalmente, no período da Guerra Colonial – conquista pela liberdade das colónias portuguesas em África, em Portugal o conceito “africanidade” não aparece ligado apenas aos negros de origem africana, visto que o retorno dos portugueses, especialmente, durante o período da Guerra Colonial, passado algumas gerações de sua permanência nas colónias africanas, trouxe muitos brancos de origem africana, nomeados, em Portugal, como “retornados” – termo carregado de múltiplos significados. Este tema foi discutido no Projeto Fronteiras Urbanas² (FU), o qual trabalhou com a mesma comunidade piscatória envolvida nesta pesquisa, e, neste sentido, destacamos abaixo um excerto do seu Relatório Final com o objetivo de iluminar a importância do mesmo e abrir caminhos para futuras pesquisas.

Para além da cultura, seguiu os nossos objetivos de desintegração de sub-comunidades e poderes, uma vez que estes objetivos visavam tanto a unificação de das comunidades, quanto a manutenção de suas diversidades. Este exercício transcultural proporcionou processos dialógicos dos quais as comunidades tomaram consciência de como elas próprias criam seus significados e as diferentes maneiras com que as sub-comunidades interagem e experienciam tensões.

Uma quebra nas eternas “guerras de linguagens”, historicamente moldadas e realizadas pelos sistemas de governação atual, foi sentida dentro deste exercício de transculturalidade vivenciado no FU, tal qual a compreensão da interação da língua e

² Projeto fomentado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desenvolvido no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, sob a coordenação de Mónica Mesquita e a identificação interna PTDC/CPE_CED/119695/2010. Relatório Final <http://fronteirasurbanas.ie.ul.pt/wp-content/uploads/2014/07/RP1-2.pdf>

da materialidade como um continuum dentro do locus instável de condições históricas colonialistas específicas. Neste exercício localizámos, discutimos e compreendemos as relações de poder em termos de linguagem e história.

A transculturalidade é algo temido, silenciado, visto que seu foco central é a autorreflexão e autocrítica, baixando a perspetiva moral sobre os outros e conscientizando-se da distorção da própria realidade social, ou seja, da dimensão mítica da realidade social impregnada de ilusão. Porém, em nossa postura etnomatemática, a transculturalidade foi ferramenta que não excluiu o relativismo moral, a confluência meta-ética ou mesmo a fantasia ideológica, questionando a estruturação do mito. (Fronteiras Urbanas, 2014, pg29)

Reforça-se que este tema não foi trabalhado nesta pesquisa de forma exaustiva mas, sim, de forma a iluminar a complexidade sistémica que habita sobre o mesmo, permitindo desenvolver uma abordagem qualitativa humanista nesta dimensão étnico-racial, a qual é fundamental no desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica crítica. Retomando, três dos pescadores negros de origem africana da comunidade piscatória se destacam.

O primeiro de origem senegalesa esteve trabalhando por algum tempo numa das companhas. Entretanto adoeceu e as informações que corria entre os pescadores é que ele havia falecido. Entretanto não se tinha certeza sobre a sua morte. O proprietária da companha em que ele trabalhava foi até a clínica médica em que ele – supostamente – havia falecido e não encontrou o seu corpo e nem a certeza de que ele havia morrido. Durante todo o período da pesquisa, nunca o encontramos e nem ouvimos falar mais dele. Os outros dois pescadores vindos da Guiné-Bissau são camaradas e exercem a função de serviços de arranjar redes e, eventualmente, pescadores em terra da Arte- Xávega. Ambos “residem” nos alvéolos, também denominados de armazéns pelos(as) pescadores(as), não possuem documentação portuguesa e foram sempre muito cautelosos e desconfiados no transcorrer da pesquisa.

Um deles de estatura fina e olhos fixos veio da Guiné (não especificou de qual Guiné) para Portugal em 26 de novembro de 1983, portanto há 30 anos. Na sua chegada foi morar em Lisboa e depois em Sintra. Chegou aproximadamente há dois anos na Costa de Caparica, trazido por um amigo. Atualmente reside durante a semana no armazém da pesca (alvéolos) e no final de semana vai para a Lisboa onde diz ter uma casa. Antes de ser pescador em Portugal trabalhou na construção civil, entretanto, aprendeu a arte da pesca na Guiné, apesar de achar que em África o trabalho da pesca

era bem diferente. A justificativa de ter vindo para Portugal foi de “conhecer o mundo né”. Durante um dos nossos encontros ele nos mostrou fotos da sua família, pai, mãe, tios, sobrinhos e filhos. Diz ter um irmão que mora em Luxemburgo e um outro que mora em Portugal, além de sobrinhos e primos.

Antes da sua chegada em Portugal, na Guiné, trabalhava na pesca no barco do seu pai e estudou até o 12o ano, depois seus pais faleceram e, também, perdeu um irmão no mar. Durante estes 30 anos que mora em Portugal, já voltou quatro vezes para a África e diz que quer voltar definitivamente, alegando que é lá o seu país e que ainda tem família e amigos que ficaram. Em Portugal ele não possui nenhuma documentação portuguesa e que, além do seu salário como pescador, não recebe nenhum subsídio do governo português. Percebemos muita desconfiança em relação a qualquer aproximação conosco. Fomos informados de que ele tem problemas de saúde.

Quando perguntado se gosta do trabalho que faz disse num tom de desânimo “Tem que gostar. Não há outra solução. Há de se gostar, não é?” mas que não gosta de morar em Portugal (não especificou se era na casa de Lisboa ou nos alvéolos). Trabalha a semana toda e folga na sexta-feira porque compensa pelo domingo. Quando perguntado sobre as suas crenças religiosas para se proteger do mar sua resposta foi que “isso é complexo, muito complexo” e que respeita muito o mar pois seu irmão ficou no mar, mas que não tem nenhuma oração de proteção.

Durante as investigações pudemos perceber o quanto é insalubre o lugar em que ele vive. As dependências que serve de sanitário e banho do local são fétidas, insalubre, sujas e sem nenhuma condição de uso. Uma latrina e um chuveiro em péssimas condições.

Figura 4: Casa do pescador de origem africana na Cosa de Caparica



Fonte: Autor (2022)

Dois episódios nos chamaram a atenção. Ao lado da mesa que fica pelo lado de fora da sua casa pudemos observar um balde de plástico usado para armazenar tinta que, naquele momento, estava sendo usado como recipiente para “conservar” um pedaço de arraia. Ele me disse: “é do meu irmão”. Indaguei se aquilo era mesmo um pedaço de arraia e ele me confirmou que sim. Com certeza aquele balde não poderia servir para guardar alimento.

Figura 5: Fachada da casa do pescador de origem africana - Alvéolos



Fonte: Autor (2022)

O segundo episódio trata-se do comportamento e atitudes dos colegas pescadores para com ele. Numa ocasião, tivemos a oportunidade de acompanhar e participar, em terra, de uma pescaria em que ele esteve presente e o que mais nos chamou atenção foram as frequentes “brincadeiras” que faziam com ele. Muitos “brincam” com ele. Ele reclama daqui e dali, mas sempre há um camarada principalmente os mais jovens, mas não somente, que tentam fazê-lo de “bobo”. Batem nas suas nádegas e quando ele reclama, riem. Puxam a sua orelha por trás quando ele está virado para a frente. Na pesca de Arte-Xávega, quando puxam a rede todos ficam um atrás do outro, juntos, e um dos camaradas, sempre os mais jovens, deu uma “encoxada” nele, e ele saiu resmungando e correndo atrás da pessoa que o molestou, mas sem conseguir alcançá-la. Muitos riram. Evidente que, á luz dos conhecimentos da comunidade acadêmica, se trata de *bullying*. Porém, não foi possível sistematizar os significados destes atos à luz da comunidade piscatória.

Alguns colegas o tratam de “Pias” que é a marca de um vinho português cujas garrafas e as caixas são totalmente de cores pretas. Sua idade é de aproximadamente 60 anos.

Em relação ao outro pescador negro de origem africana trata-se de uma pessoa muito reservada e com certa desconfiança nos nossos relacionamentos. Nos nossos encontros ele sempre se mostrou sério e monossilábico. Durante as nossas conversas, por vários momentos, percebemos que ele se sentia “ameaçado” e com muito receio de conversar sobre sua vida e seu trabalho. Finalmente, depois de várias aproximações frustradas, aos poucos, conseguimos uma abertura e uma aproximação. Depois de oito meses de convivência semanal com ele conseguimos entrevistá-lo, entretanto, não pudemos usá-la como documento de pesquisa porque ele não aceitou assinar o termo de consentimento. Alegou que não tinha documento português.

Entretanto pudemos ter com ele conversas informais e numa dessas disse-nosque veio de família de pescadores e que ele e outros colegas seus, que também vieram de diferentes países do continente africano, no início, foram para a construção civil, masele, como tinha uma patente de contramestre, se interessou em vir trabalhar como pescador na Costa de Caparica. Contou-nos que, quando era jovem, chegava a ficar três meses no mar pescando e que veio da Ilha de Jeta, na Guiné-Bissau, em 29 de junho de 2007, portanto há aproximadamente 15 anos, entretanto para a Costa de Caparica a apenas quatro anos. Em sua terra natal era navegador e veio num barco de passageiro português (Expresso Bissau), no entanto assim que chegou o proprietário do barco não se interessou mais em trabalhar com ele e por isso ele não voltou. Tem uma filha que está morando em Portugal, mas que não mora com ele. O motivo da sua saída da Guiné-Bissau era para ir para um lugar melhor. Este pescador mora num dos armazéns (alvéolo), ao lado do outro pescador de origem africana e que mora ali porque “não tem outro jeito, não tenho dinheiro” deixando claramente que não era onde ele gostaria de estar e, pelo estado de moradia dele e do outro pescador de origem africana, percebe-se que está coberto de razão. A moradia, como descrita anteriormente, é um cubículo de madeira que serve de quarto e cozinha. As instalações sanitárias foram construídas para atender os pescadores dos armazéns mas está totalmente abandonada, suja e insalubre.

Figura 6: Instalações sanitárias dos pescadores negros de origem africana



Fonte: Autor (2022)

Afirmou que sofre preconceito por ser de origem africana mas que, apesar disso, Portugal é o melhor país do mundo para ele viver e que, por enquanto, não pretende voltar à Guiné-Bissau. Disse, também, que apesar de ganhar pouco e de seu salário só dar para comer, e nada mais, ele gosta muito do que faz. Trabalha no arranjo de redes e, eventualmente, como pescador em terra

Nossos encontros ocorriam sempre na praia quando ele estava arranjando redes e vez por outra, em frente a sua “casa” quando ele estava se preparando para o descanso no final de dia. Às vezes, no verão, sem camisa, lavando os seus pratos na torneira da tina de água, sozinho, quem sabe se preparando para mais uma noite de solidão. Suas refeições são preparadas num fogão improvisado no alvéolo.

Afirmou que as condições de moradias não são boas, mas “é o que tem”. Gostaria de mudar para uma outra casa, mas não há condições e que, com o seu salário, não dá para pagar a renda, luz e as demais despesas da casa. Não pretende voltar para as obras. Tem 66 anos. Disse que não tem nenhuma ajuda governamental, apenas atendimento de saúde com o médico de família e que não tem documentação, mas que está tratando de regularizar a sua situação em Portugal. Entretanto, considera tal legalização difícil e demorada. Seu relacionamento com os colegas de profissão são saudáveis apenas numa ocasião percebemos que ele não gostou da atitude de um armador por ter levado para ele apenas três salemas, admirou-se, visto que, naquela noite, a companha tinha pego seis toneladas daquele peixe.

Sobre a visão dos pescadores de origem portuguesa em relação a presença dos pescadores negros de origem africana nas companhas tivemos os seguintes depoimentos:

“A mim não me incomodam em nada. São pessoas educadas, trabalham, fazem o trabalho deles. Eu não tenho certeza mas acho que eles vieram fugidos de um barco da Espanha num armador, que eles trabalhavam para um armador, não são... mas também tiveram aqui uns rapazes que fugiram de um armador espanhol... E eles fugiram porque eram maltratados e não recebiam e então fugiam. Há muita gente assim. Por mim, são pessoas iguais a nós”. (Depoimento do pescador Paulinho)

E completou, conforme o depoimento abaixo:

“Não tenho nada a dizer, alias me dou bem com eles. De inverno..., por exemplo, o Mario Gomes é mais (inaudível) ... toda gente conhece o Mario Gomes, de inverno ele não trabalha na Arte-Xávega né, na Arte-Xávega não trabalha, e ele está aí e ajuda e trabalha e a gente da de comer e tenta minimizar os danos para que ele esteja bem não é? De resto...”. (Depoimento do pescador Paulinho)

Outra pescadora ouvimos os seguintes depoimentos:

“Agora menos. Nós tivemos um (pescador de origem africana) no barco do meu pai, mas ele era uma pessoa extraordinária, o Mario. Claro... Eu até acho que é uma pena não haver aqui um apoio diferente para essas pessoas porque elas vivem em condições miseráveis....As melhores condições que eles tem são os pescadores locais e os posicionam....Deixa-os viver aqui. Arranjam cama, arranjam coisas, roupas, comida porque eles vêm sem nada”. (Depoimento da pescadora Patricia)

Sobre as dificuldades deles em relação aos bens de consumo, conforme o depoimento abaixo:

“Sim, eu por exemplo, *eu já lhe dei uma televisão, já lhe dei um microondas. Tudo que vem assim... Eles são muito trabalhadores* (referindo-se ao pescador Mário Gomes)”. (Depoimento da pescadora Rita)

Outra pescadora confirmou a ajuda, conforme depoimento abaixo:

“Ele quando veio para cá (pescador Mário Gomes) ele ficou no barco do meu pai, (inaudível) já não era do meu pai. Começou a andar na pesca com o meu pai. *O meu pai arranhou-lhe calça, arranhou-lhe frigorífico, veio para a nossa casa não é? Não temos casa onde alojar, agora, mas eles são como se não tivessem cá. O Estado nem sabe, eles não existem (inaudível)*”. (Depoimento da pescadora Patrícia)

Em relação ao outro pescador de origem africana ouvimos o seguinte depoimento:

“Sim. *Esse é mais reservado* (pescador Sareu). *O Mario tem um problema com o álcool. Mas o outro ele é mais mestre. Ele arranja a Arte-Xávega né?*”. (Depoimento da pescadora Rita)

Outro pescador que morou em Angola e que retornou para Portugal depois da independência daquele país fala sobre a mentalidade diferente deles, conforme depoimento:

“Não. A minha opinião é, por exemplo, eu agora tenho um moço só (de origem africana), e por acaso, *nada a apontar, eles é tão responsável ou mais que os outros. Isso aí depende muito né, depende muito. A mentalidade é diferente, é sim senhor, mas, mas, mas.. tirando isso, não.*”. (Depoimento do pescador Antônio)

E completou sobre a mentalidade diferente deles depois da independência, conforme depoimento:

“*E começamos a ver muita coisa e dissemos “não dá”. Qualquercoisa era: “vai para a tua terra”. Acho que ainda continua do que eu*

ouço de lá. Qualquer coisa (inaudível) reclama lá com os brancos: “vá para a tua terra”. É complicado. Eu conheço bem a mentalidade... . Quando falam aqui “racismo” aquilo lá é que é, lá é que é (em Angola), não é aqui (risos)” (Depoimento do pescador António)

Sobre a presença dos pescadores negros de origem africana na Costa de Caparica podemos perceber que são muito bem recebidos pelos donos das companhas (patrões) e, também, de colegas pescadores (camaradas), entretanto vivem em condições de extrema pobreza. Dependem de morar em situações degradantes e insalubres, recebem baixos salários e não possuem nenhum subsídio governamental. Vivem como “estrangeiros” ilegais e dependem de ajuda dos colegas para sua sobrevivência. Os poucos utensílios domésticos que possuem são doações recebidas dos colegas e donos de companha. Muitas vezes, a sua alimentação é decorrente de doação de peixe dos proprietários das companhas.

AS LEIS

(Dimensões territoriais; econômicas; legais e ambientais)

No que se refere a questão da *sustentabilidade territorial* partimos do pressuposto de que não olhamos para o lugar apenas com um espaço físico. Além disso olhamos para o lugar como um espaço de pertencimento. Desde quando pescadores da região do norte e do sul português - Ílhavo e Olhão, respetivamente, se instalaram a partir do século XVIII como pescadores da então apenas uma praia da Costa de Caparica foi se constituindo num espaço de pertencimento dessas pessoas.

A forma como os primeiros pescadores chegaram na Costa de Caparica mostra que tinham a percepção de que aquele lugar seria para constituir uma maneira de se viver de forma mais sustentável. Perceberam que o lugar favorecia determinados aspectos, tais como moradia, clima, produção de pesca, mas principalmente um grande potencial para a comercialização do pescado que o espaço geográfico oferecia pela proximidade de um grande centro que já tinha se estabelecido e oferecia também garantias de compra que era Lisboa.

As formas de ensinar e aprender com a pesca vindo de outras localidades mesmo que de diferentes famílias oferece uma aproximação com a geografia do lugar e

potencializa o fortalecimento das relações de transmissão desses conhecimentos. Segundo informações de pescadores sobre a história da formação da Costa de Caparica até o século XVIII,

basicamente era uma zona desértica, ninguém de Almada, ninguém do Concelho de Almada, ou muito raramente, iam lá naquele sítio iam lá a fazer nada, aquilo lá era mato, mesmo a pesca que existia na região, desde os tempos dos romanos, basicamente era uma pesca de estuário, era uma pesca dentro do rio, eles não iam para o mar, não tinham barco, não iam para o mar a fazer nada nem a Arte-Xávega (Depoimento do pescador Chico)

Com isso podemos inferir que foram esses pescadores que vinham do norte e sul de Portugal que trouxeram a pesca de mar na Costa de Caparica, especificamente a Arte- Xávega, possivelmente pelas modificações climáticas ou de outra natureza, que alteraram as condições das atividades piscatórias de rio e por isso foram procurar outros espaços em que pudessem oferecer sustento às suas famílias. Vinham no verão, pescavam e voltavam e chegou num determinado momento que não se interessaram mais em voltar e foram ficando na Costa de Caparica.

De forma abreviada podemos considerar duas características de lugar. A primeira como um espaço físico de forma racional, ou seja, um espaço apenas percebido. Podemos também pensar o lugar como um espaço afetivo em que as pessoas possuem uma certa familiaridade com ele, seja uma praça, uma cidade, um rio, dentre outros. No caso da Costa de Caparica esses lugares físicos racionais, com o passar do tempo, foram se transformado em espaços afetivos e de percepções, tais como a própria praia, o mar da Costa, os armazéns (alvéolos) em que são usados para encontros de saídas para a pesca, depósito de materiais, lugar de arranjar e montar as redes, pontos de conversa sobre os resultados da pesca e que também serve de moradia para os pescadores negros de origem africana como apresentado anteriormente.

Também fazem parte destes espaços, a lota em que são comercializados o pescado, os cafês de encontros dos pescadores, a ALA-ALA - Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de apoio Social aos Pescadores, a vila dos pescadores, a rua dos pescadores, o lar, a escola, dentre outros. Na Fonte da Telha, além dos armazéns, os “quintais” em que se usa para armazenar os apetrechos da pesca, tais como barcos, redes, covos, alcatruzes, etc.

Diferentemente de uma visão humanista destes espaços, o que se busca são relações de força as quais estão em constantes disputas e entrelaçam-se entre o local e o global. Há sempre uma busca pelos espaços da praia em épocas de verão com o poder público quando este limita os horários e locais de pesca, dando preferência para o turismo em detrimento da sobrevivência do(a) pescador(a). Há sempre e de uma maneira organizada e respeitosa uma disputa pelo mar. Todos querem pescar o máximo possível e com isso uma disputa pelos espaços geográficos do mar. Há uma disputa sobre o local em que se instala a Associação de pescadores, há uma disputa pelos melhores preços na lota, há disputas, também, com a comunidade académica que oferece subsídios para a elaboração das leis, dentre outras.

Assim, estes espaços vão se transformando em espaços de reestabelecimento das relações sociais, sempre reconfigurados à medida que o cotidiano oferece resistências, brotando novas relações constituindo-se em novos espaços.

No que se refere a questão da *sustentabilidade económica* da pesca artesanal existe uma lógica mercantilista que passa pelo quanto se arrecada com a venda e pelo quanto se gasta para sua manutenção. Isto está diretamente relacionado com a volatilidade do mercado e a sazonalidade do peixe, incluindo a pesca das espécies mais e menos valorizadas, bem como as leis que regem sobre a comercialização do pescado praticado nas lotas e os pequenos subsídios governamentais.

A quantidade de peixe que se pesca depende, na sua maioria, das quantidades de vezes que se vai a pesca em cada arte. Na Arte-Xávega, por exemplo, se pesca em mais abundância do que a Arte de Emalhar, entretanto as despesas com o pessoal e manutenção dos tratores são bem maiores. Por outro lado, com a Arte-Xávega se pesca durante um período menor do ano do que a Arte de Emalhar, equilibrando as artes. Há pescadores(as) que conseguem fazer um revezamento das artes e trabalhar com ambas durante todo o ano.

Para o balanço comercial, no que se refere as despesas têm que se levar em consideração os altos preços da matéria prima das redes e toda a sua complexidade, tanto no que se refere a sua montagem quanto a necessidade de reparos. Fora isso há a manutenção da frota de tratores e dos barcos, gásóleo, reparos mecânicos, equipamentos de segurança e navegação e tantos outros. Além disso tem o pagamento dos(as) camaradas, as taxas de pesca, licença dos barcos e seguros, tanto dos armadores quanto dos camaradas que fazem o trabalho de pesca dentro do barco e, eventualmente, as multas.

Finalmente existe uma variável sempre muito difícil de equacionar que é o risco de vida que se corre quando se entra no mar para pescar. Quanto vale uma vida?

Os depoimentos nos mostraram que há uma grande insegurança econômica por parte dos(as) pescadores(as) em relação a necessidade e obrigatoriedade do pescado ser vendido diretamente na lota, sem nenhum tipo de permissão para ser vendido em outro lugar. Outra insegurança é o descompasso entre os preços e os insumos. Houve uma diminuição dos preços do pescado em relação a anos anteriores e, por outro lado, o aumento dos preços dos insumos para a manutenção da pesca. O preço do pescado não acompanhou os aumentos desses insumos de modo a favorecer e estimular a pesca artesanal. Por isso a fala de um pescador: “você nunca sabe como vai ser o dia” ora se pega muito, ora não se pega nada, por isso para o(a) pescador(a) não se pode desperdiçar nenhum dia de pesca porque aquele dia que, eventualmente ele(a) não foi, pode ter sido o dia em que ele(a) poderia pagar todas as contas do mês.

Outra questão é o mercado livre para os compradores de peixe na lota. Enquanto o(a) pescador(a) artesanal fica amarrado na legislação em relação a obrigatoriedade da venda diretamente na lota, por uma estratégia de mercado de um leilão “invertido” - leva quem paga mais, porém pelo preço mais baixo. Por outro lado, aqueles que compram podem vender a quem eles preferirem e sem uma regulamentação sobre os lucros, muitas vezes, muito desproporcional ao preço comprado na lota, elevando os preços para o consumidor final. Mesmo que essa prática seja uma prática legal, causam imenso constrangimento e desconforto aos pescadores(as) por verem seu trabalho desvalorizado e submetido a determinadas regras de mercado que, na visão deles(as), totalmente injusta. Segundo eles(as), “quem mais trabalha, menos ganha”.

Figura 7: Fachada da Lota na Costa de Caparica



Fonte: Autor (2022)

Uma ajuda governamental que tem se demonstrado não muito apreciada pelos(as) pescadores(as), mas que, de uma maneira ou de outra, favorece a sustentabilidade econômica da pesca são os subsídios governamentais. Atualmente existe a Portaria 225/2022, restrita a determinados critérios, mas que subsidia uma parte dos combustíveis usada pelos tratores e motores de barcos das artes de pesca artesanal. Entretanto, segundo alguns(as) pescadores(as) é totalmente insignificante em relação àquilo que se gasta durante o ano.

Outra questão que está intimamente relacionada com a sustentabilidade econômica da pesca é a questão trabalhista no sentido de buscar soluções para o incentivo dos filhos(as) e netos(as) de pescadores(as) a continuarem com as artes e garantia trabalhistas para os(as) camaradas em épocas de entressafra da pesca. Há de se considerar também na questão econômica, quando se busca a sustentabilidade, as diferenças de rendimentos entre as categorias das pessoas que compõem a pesca artesanal: os armadores, que são os donos das companhias e que são considerados os patrões, e os(as) camaradas (homens e mulheres), que se constituem nas pessoas que pescam ou dentro do barco ou em terra na recolha do peixe e armazenamento. Na Arte de Emalhar não há estas distinções, todos fazem tudo, mas na Arte-Xávega não. A pesquisa não identificou diferenças nessas categorias tratando a todos(as) apenas como pescadores(as).

Diante deste cenário constatamos que se trata de uma luta política de grandes proporções se quiserem reverter a situação em que se encontra, atualmente, a questão econômica da pesca artesanal: reverter uma prática legal de vendas livre na lota; desburocratizar e incrementar os subsídios governamentais para a compra de equipamentos e de insumos para a pesca; diminuir as taxas que são cobradas para a comercialização do pescado, dentre outros.

No que se refere a *sustentabilidade legal*, uma das principais preocupações apresentadas pelos(as) pescadores(as) em termos de legislação está diretamente relacionada à dimensão econômica. Trata-se daquela que concede à Lota exclusividade para a compra do pescado por um sistema de leilão pelo preço mais alto, mas de cima para baixo e, paralelo a isso, a legislação que permite aos compradores de peixe da Lota comercializar essa compra livremente, sem nenhuma margem de lucro. Esta última não está diretamente relacionada com os(as) pescadores(as) porque não são eles(as) que vendem o pescado para o mercado consumidor, mas implica num grande descontentamento entre eles(as), que é a venda livre, por parte dos compradores de peixe. O descompasso se dá na obrigatoriedade dos(as) pescadores(as) em vender,

exclusivamente, e pelo preço que a Lota oferece, sem lhes oferecer nenhuma liberdade de venda, pelo sistema imposto pela lei, e por outro lado, o livre comércio dos vendedores de peixe ao consumidor final.

Assim, a conjugação dessas duas leis representa dois impactos: o primeiro, que segundo alguns pescadores “sempre foi assim” é a venda em forma de leilão em que quem compra é aquele que paga o mais barato possível pelo pescado. Isso, de uma certa forma, regula o mercado “por baixo”. O(a) pescador(a) sempre quer apanhar mais, porque no raciocínio dele(a), “quanto mais se pesca mais dinheiro se ganha”, só que, pela forma como é negociado o pescado pela Lota, isso nem sempre é verdade. Em casos de abundância de determinada espécie o preço pode vir a zero, impossibilitando qualquer negociação e todo o trabalho da pesca sendo perdido. Além do impacto econômico há também um impacto ambiental com o descarte dos peixes sem valor comercial. Os argumentos são de que “quem mais trabalha, menos ganha”, uma das soluções, e não a única, seria aumentar o preço do peixe na Lota.

Outra solução seria aquela que o comprador da Lota não pudesse vender seu pescado a preço livre no mercado consumidor e sim ser aplicado uma margem de lucro sobre a sua venda. O raciocínio usado pelos(as) pescadores(as) é que tendo uma margem de lucro definida o comprador da Lota não teria interesse em comprar muito barato, porque teria que comprar muito para ter o lucro desejado, isso acarretaria um aumento dos preços do leilão da Lota o que beneficiaria os pescadores. Assim, haveria um equilíbrio entre aquele que apanha o peixe e aquele que o vende para o consumidor final. Neste caso, evidentemente, deverá haver mecanismos de fiscalização e controle sobre as vendas no sentido de coibir qualquer possibilidade de má-fé por parte dos vendedores.

Outra questão apresentada pelos pescadores são as legislações sobre as restrições de circulação de embarcações e de tratores da Arte-Xávega em locais e horários para a pesca em alguns períodos do ano. Com o aumento do turismo na Costa de Caparica os pescadores foram, cada vez mais, sendo empurrados para mais longe da cidade da Costa. Isto impacta diretamente na economia por interferir diretamente na captura de determinadas espécies que, porventura, ocorrem em horários e locais que estão sendo proibidos pelos legisladores. O Projeto Fronteiras Urbanas centrou-se, em sua pesquisa etnográfica crítica, nos constrangimentos temporais e espaciais impostos à comunidade piscatória da Costa de Caparica obtendo resultados positivos na alteração de uma lei espaço-temporal – o que permitiu os pescadores(as) locais pescarem a qualquer horário

na frente urbana durante os meses de inverno, e ressaltando a necessidade de se rever todas as leis relativas a Pesca Artesanal em Portugal (Laporta, 2014).

No caso específico da Fonte da Telha, a dinâmica da circulação de venda na Lota e compra do pescado é a mesma. Entretanto, há uma questão, mais diretamente relacionado à questão da segurança, que é a falta de regulamentação legal de corredores marinhos e na praia para entrada e saída dos barcos, especificamente no verão, quando aumenta muito o número de turistas na praia.

Outra questão é a legislação que permite que embarcações de outras localidades possam pescar na Costa de Caparica. Essa é uma das manifestações dos pescadores em relação a diminuição do stock pesqueiro. Muitas embarcações, principalmente as grandes treineiras e arrastões encostam muito perto de onde os pescadores da Costa são permitidos pescar. Tal legislação contribui para a diminuição de pescado na Costa. Embarcações estrangeiras e pescadores da região, tais como Sesimbra, Setúbal, dentre outros, pescam na região.

Outra legislação que está diretamente relacionada com a questão econômica é aquela que proíbe a venda de peixe na praia. Mesmo que essa atividade seja de impacto pequeno comparado com outras, é uma maneira dos(as) pescadores(as) conseguirem algum recurso. Não se trata de toneladas de peixe que são vendidos na praia, mas o pouco que se vende (não se paga impostos nem taxas que se paga na Lota) pode suprir alguma necessidade emergencial para os(as) pescadores(as). É um ativo que entra em espécie no momento da venda mesmo que seja de pouca monta. A Legislação Europeia sobre as Pescas designa que a mesma deve ser readaptada por cada Estado Membro; fato que não acontece em Portugal na Pesca Artesanal.

Outra legislação que preocupa os armadores são as taxas sobre as obrigações trabalhistas. Não impactam diretamente nem na captura e nem no preço do pescado, mas impactam no orçamento de final de ano. São despesas obrigatórias de taxas de impostos que são cobrados pelos pagamentos com os pescadores contratados dentro do mês. Neste quesito, a intervenção da ALA-ALA pode ter um caráter transformador.

Especificamente na Arte-Xávega, que é uma arte que envolve de 20 a 30 pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes características sociais, muitas dessas pessoas são reformadas ou nem sempre têm garantia salarial o ano todo e se negam a assinar recibos de rendimentos que incidem sobre a Segurança Social. São 20 a 30 pessoas a trabalhar na companhia e apenas 3 ou 4 matriculados, os demais não possuem nenhum tipo de vínculo com as embarcações e, por isso, aos olhos dos legisladores, das autoridades do mar e dos fiscais, eles não existem. O que ocorre é que todo o montante de arrecadação

das vendas do pescado na lota é distribuído de acordo com os percentuais estabelecidos pelo armador (dono da companhia – no caso estudado 55% para os camaradas e 45% para o armador), isso implica que, no final do ano, o armador fica na obrigação de pagar todos os impostos que seriam distribuídos entre os camaradas, se esses camaradas fossem registrados, passando a impressão de que o armador e os 4 pescadores que andam com ele no barco tenham ganhado todo o dinheiro arrecadado das vendas no ano acarretando assim, um grande volume de impostos que recai somente para o armador.

A pergunta que logo se faz é: por que essas pessoas não assinam um recibo de que receberam o dinheiro que ganharam? A resposta é que como se trata de pessoas reformadas e de idade já avançada, negam-se a assinar por medo de que possam ter prejuízos no futuro. Outros que poderiam assinar, possivelmente não ficarão para a próxima temporada de pesca, pois existe um período em que a pesca fica menos rentável e essas pessoas não têm a garantia de que receberão o que elas necessitam para sua sobrevivência e se negam a arcar com os descontos que incidem sobre os salários que ela recebe.

A solução para isso seria uma política de proteção ao(a) pescador(a) na época de pouco rendimento. Mas essa proteção não existe e muitas vezes o barco não sai a pesca porque não tem pessoas suficientes para a manutenção das atividades necessárias. Para o armador fica o ônus de ter que pagar o imposto de toda a arrecadação que foi distribuído ao longo do ano para os camaradas que não estão registrados. Aqui, apontamos outro ponto forte para a ALA-ALA trabalhar de forma sistêmica e profunda.

Outra questão legal, mas que protege o(a) pescador(a), são as licenças dos barcos. Cada barco, para que possa estar legalizado para a pesca passa, anualmente, por um licenciamento e por uma vistoria minuciosa controlado por um número de registro do barco. Esse número é exigido em toda transação burocrática necessária para o exercício da pesca, ou seja, para a venda do pescado na lota; para pagamento das taxas nas finanças; para o pagamento do Seguro Social; seguro de vida e acidentes de trabalho. Tem a exigência em relação a salvamento, calibragem do motor, navegação e farmácia para o caso de uma inspeção fiscal. Necessita que todos os tripulantes do barco estejam com a carteira marítima com registro no barco em que estiverem a bordo. Essas exigências fiscais é uma maneira que a Polícia Marítima tem para as informações de quantidades de barcos registrados e de que eles estão em estados perfeitos de navegação. Tal legislação afeta diretamente a segurança na pesca artesanal local.

Outra legislação que foi comentada pelos pescadores e que causam ainda controversas sobre sua eficácia são a legislação que limitou a pesca da sardinha com redes de cerco em Portugal e Espanha. Tinha como objetivo regular os stocks de sardinha na península ibérica decorrente de estudos sobre stocks que, inicialmente, causou um certo impacto porque limitava a captura que, por sua vez, impactava nos rendimentos das pessoas envolvidas com esta arte.

Como consequência de legislações que inibem o bom rendimento nos lucros dos(as) pescadores(as) e a necessidade de compensar o descompasso entre a diminuição dos preços dos peixes e o aumento dos preços dos insumos, bem como todas que foram aqui apontadas, há sempre um agravamento no cumprimento das leis. Não é difícil de encontrar pescadores(as) que colocam no mar muito mais redes do que permitido por lei e, por vezes, no caso das redes de emalhar, muito mais tempo do que a lei permite. Tudo isso para que possam compensar em quantidades aquilo que poderia ser evitado pelos ajustes do preço do peixe e/ou pela lei. Além disso, há evidências de que alguns pescadores usam malhas fora de medidas e no caso da pesca de polvos, piteiras sem barbelas e fora do peso permitido por lei. Não foram raras as vezes que ouvimos falar entre os(as) pescadores(as) que “morre de fome se andar dentro da lei” com a pesca artesanal. Isto, de certa maneira, pode impactar também nos stocks. Quanto mais se pesca, teoricamente, mais se ganha. Entretanto as artes não são totalmente isentas de impactos, assim, enquanto se aumenta em quantidade, aumenta-se também os impactos causados por esse aumento. O aumento de redes e de armadilhas ao mar (covos e alcatruzes) define um aumento da técnica (novas redes, novas armadilhas, novos tratores, novos motores, novos barcos, mais gásóleo, etc.), evidentemente, impactando o ambiente cada vez mais.

Há uma discussão entre os pescadores de que as leis sobre a pesca em Portugal não foi feita para os pescadores artesanais e sim para as grandes embarcações e que Portugal sempre esteve envolvido com o mar e com a pesca mas, quando da sua entrada na Comunidade Comum Europeia (CEE), houve um episódio que ficou marcado que foi o Artigo 24 do Regulamento da CEE 4028 que obrigou a “destruição” das embarcações até nove metros de comprimento, cujos proprietários optaram por receber os subsídios para acabar com as atividades da pesca. Esta legislação afetou sobremaneira a pesca artesanal e até hoje se sente os seus efeitos.

A questão da *sustentabilidade ambiental* da pesca artesanal, segundo depoimentos dos(as) pescadores(as) da Costa de Caparica e da Fonte da Telha, passapor alguns temas. O principal deles gira em torno dos impactos ambientais das artes

de pesca artesanal.

Houve uma unanimidade, por parte dos(as) pescadores(as), afirmando que todas as artes impactam, umas mais, outras menos, sem especificar quais impactos, mas a principal preocupação dos pescadores é em relação à diminuição do stock pesqueiro.

Especificamente na Arte-Xávega há uma polémica sobre seu impacto que vem desde quando ela foi colocada em discussão pelas autoridades portuguesas, sobre a sua inserção como patrimônio imaterial e cultural de Portugal. Naquela época o entrave era se a Arte-Xávega deveria ser considerada como uma “pesca de arrasto” considerado por especialistas como uma arte de grande impacto ambiental. Isto implicou uma discussão porque os(as) pescadores(as) defendiam que a Arte-Xávega é uma arte de “puxar para terra” e não de arrasto. Entretanto a nomenclatura não modifica a concepção da Arte-Xávega e nem sua prática. Mesmo os(as) que defendem que todas as artes impactam o ambiente, há aqueles(as) que são mais enfáticos a dizer que a Arte-Xávega impacta muito mais do que aparentemente se diz sobre seu impacto.

Não somente a Arte-Xávega. Há também depoimentos dos impactos sobre mortandade dos crustáceos, moluscos, estrelas e outros animais que se enroscam na rede de Emalhar, tais como as “alforrecas”, os “pé de burros”, as “estrela do mar” e os “caranguejos”. São animais, e que não são poucos, que não voltam ao mar quando aparecem nas redes. As “alforrecas” danificam as redes pelo seu peso, enquanto as estrelas do mar, os pés de burro e os caranguejos enroscam-se nas redes danificando-as na sua retirada. A importância do descarte das vidas marinhas na prática da Pesca Artesanal tem começado a se sobressair com pertença da comunidade piscatória da Costa de Caparica após a intervenção dos projetos *Partibridges* e *Smart Fishing*. Hoje em dia, este tema tem sido tratado em um projeto doutoral do Observatório de Literacia Oceânica, desenvolvido por Felipe Alvarado - *Blue Economy in artisanal fishing communities. Images and actions of the value of Atlantic chub mackerel*, e, ao mesmo tempo, tem sido discutido nos discursos informais da comunidade piscatória local.

Entretanto, principalmente na Arte-Xávega há os descartes de peixes, ora por serem juvenis ou por não terem apelo comercial, ora por sobrecarga de pesca e por consequência não terem preço de venda na lota. Portanto um primeiro impacto está relacionado à mortandade de animais marinhos, causados pela política de preço ou pela técnica de pesca. Além das mortandades de animais marinhos há uma outra dimensão que são as redes e as armadilhas de pesca tais como os covos e alcatruzes.

No que se refere a redes, o impacto ambiental está no descarte das redes que estão fora de uso. Não há nenhuma ação concreta em relação aos procedimentos de recolha e descartes apropriados para as redes, nem mesmo seu reaproveitamento. Na Fonte da Telha teve uma modificação de comportamento que, de certa maneira, pode ter melhorado a questão sobre o ponto de vista ambiental. Antes os pescadores daquele local queimavam as redes e enterravam na areia, atualmente, na maioria das vezes, são recolhidas pelos(as) próprios(as) pescadores(as), que depositam seus rejeitos, com outros rejeitos, inclusive orgânicos de restaurantes ou domésticos e que são recolhidos por uma entidade pública. Não se sabe o destino destes rejeitos, possivelmente são depositados no aterro sanitário público.

Figura 8: Descarte de redes na Costa de Caparica



Fonte: Autor (2022)

Há uma preocupação por parte dos(as) pescadores(as) em relação ao tema e algumas sugestões foram dadas por eles(as). Uma delas é encontrar alguma empresa que possa fazer a recolha do material descartado para uma reciclagem ou mesmo para a confecção de outras redes a partir dessas que foram inutilizadas. Outra seria uma investigação, em parceria com instituições de pesquisa, para que fossem realizados estudos sobre a viabilidade de produção de redes biodegradáveis, mas que não perdesse a qualidade em termos de produtividade em comparação com as redes de boa qualidade já existentes.

Finalmente, as armadilhas dos polvos. Tanto os alcatruzes quanto os covos, atualmente, são de material plástico. Ambos se perdem no mar. Especificamente os

alcatruzes são constituídos de cimento, na sua parte inferior, para ter peso suficiente para afundá-lo. Acontece que quando esta armadilha se perde no mar, e que não são poucas, fica depositado no fundo e com o tempo esse cimento vai se desgastando e essas partículas de cimento vão ficando no mar. Quando o cimento se solta por completo, os alcatruzes sobem a superfície e com a ação dos ventos vão sendo empurrados para a praia mais próxima. Há uma discussão sendo feita de que essas armadilhas deixem de serem construídas de plástico e volte a ser de barro, como antigamente. Já os covos que são armadilhas de material plástico, tipo “gaiola”, que são menos impactantes do que os alcatruzes, porém também se soltam e ficam depositados no fundo do mar.

Figura 9: Alcatruzes na Fonte da Telha



Fonte: Autor (2022)

Outra questão são os usos dos tratores, tanto para a Arte-Xávega quanto para outras artes que dependem deles. A primeira relacionada a questão das dunas na Fonte da Telha e a segunda e relação ao descarte de resíduos de óleo quando da sua manutenção na Costa de Caparica. A primeira está relacionada com os tratores que transitam pelas dunas e pela falta de ordenamento de quais os caminhos são, efetivamente, permitidos para que os tratores possam levar e buscar os barcos até os armazéns. Outra questão é a falta de um reservatório para o descarte dos óleos dos tratores que estão em manutenção nos locais dos “armazéns” ou, como têm sido chamados, “alvéolos”. Como não há um lugar específico para este trabalho, os pescadores trabalham na manutenção próximo aos seus armazéns e todo o resíduo que porventura sobram dessas manutenções são coletados pelos pescadores para ser

depositados em outros lugares. Entretanto, algumas vezes, pode ocorrer um vazamento de óleo e esse óleo fica ali depositado nos seus lugares de preparo para a pesca. Ainda em relação as dunas, referem-se a resíduos de redes relacionada a falta de uma política de reaproveitamento das redes em desuso e lixo de turistas que são parcialmente ou totalmente enterradas na areia pela ação dos ventos.

Figura 10: Resíduos de redes na praia da Fonte da Telha



Fonte: Autor (2022)

Outra questão, agora externo à pesca, apontada foi em relação às mudanças climáticas. Os depoimentos mostram que há controvérsia em relação a esse tema em relação a pesca. Apesar do termo “mudanças climáticas” ser muito abrangente e de não ter sido tratado de uma maneira mais teórica, alguns pescadores consideram que tais mudanças não interferem na pesca. A justificativa é de que a abundância ou a escassez do peixe se dá pela sua sazonalidade e não pelas “possíveis” mudanças climáticas. Segundo essa corrente de pensamento o que justifica mais o desaparecimento do peixe são as pescas intensivas e o impacto humano e não climático.

Por outro lado, há aqueles(as) que acreditam que sim, não só o as mudanças climáticas, mas também outros fatores tais como, por exemplo, as fases da lua, os ventos, preamar e baixa-mar, a mudança da temperatura da água, dentre outros e não somente as mudanças de temperatura e do clima de uma maneira geral.

O LEGADO

(Dimensão Educacional)

Em relação à *dimensão educacional* colocar à disposição dos mais jovens os conhecimentos dos mais velhos faz com que não se perca as tradições. Assim, todo o conhecimento que seja possível ser transmitido colabora para que as futuras gerações possam dele se beneficiar e, a partir deles, novos conhecimentos possam ser criados. Desta maneira a cultura sobre as artes da pesca artesanal deve ser sempre lembrada e tida como elemento-chave para a sustentabilidade. Assim, o conhecimento das companhas, ou seja, das pessoas que constituem a vida da pesca, das redes e do próprio barco formam um tripé de saberes que deve ser compartilhado.

O conhecimento sobre as redes pelas pessoas que as lança ao mar, neste contexto, passam a ter uma função primordial. Basta pensarmos na possibilidade de se produzir um tipo de rede em que se pesque determinado tipo ou tamanho de peixes a criar uma cadeia que não se sustente no futuro. As redes artesanais desempenham um importante papel na vida que se mostra sustentável e de forte componente educacional. Ao mesmo tempo em que ela pode ser vista como uma aliada do(a) pescador(a), o conhecimento sobre seu uso, desempenha um papel fundamental na vida das pessoas e dos peixes. Saber usá-la pode significar um futuro próspero de quem a lança ao mar ou uma mudança de comportamento da vida marinha. Se usada de forma indiscriminada pode provocar danos irreversíveis.

Além do conhecimento sobre a importância das redes quando lançadas ao mar, se faz necessário também que se possa fazer conhecer, não somente pelas pessoas da comunidade piscatória mas, também, como parte do patrimônio cultural da pesca artesanal, como se armam e como se arranjam as redes. Há poucas pessoas na comunidade da Costa de Caparica e na Fonte da Telha que detêm o conhecimento de arranjar as redes, mas, principalmente, de armá-las. Este conhecimento se não for construído com os mais jovens vai acabar se perdendo. Assim aqueles que detêm esse conhecimento oferece a possibilidade que ele se mostre pelas suas lentes históricas e culturais. Conhecimento coconstruído com as pessoas mais velhas, de forma oral, podem e devem ser comunicado para a continuidade da pesca artesanal da Costa de Caparica.

Figura 2: Pescador Mario Pedro armando rede de Arte-Xávega



Fonte: Autor (2022)

Assim, como conhecer sobre as redes é importante saber manuseá-la de forma correta também o é. Outro artefato tem sido denominado de armadilhas de pesca são aquelas usadas para pescar polvo. Trata-se dos alcatruzes, dos covos e das piteiras. Conhecer suas diferentes características, bem como seu manuseio, se torna imprescindível para a continuidade da pesca artesanal.

Outro aspecto importante são os conhecimentos sobre a natureza e sua influência na pesca, como por exemplo a importância das fases da lua e suas relações com a pesca e as marés, o sol, a luminosidade das águas, os ventos, o comportamento do mar, dentre outros. Segundo os(as) pescadores(as) todos esses fatores influem no comportamento das espécies de peixe e que está diretamente relacionado com a pesca. Dependendo do mar está “mais-mar” ou “menos-mar” o peixe se comporta de forma diferente, ou seja, conhecer o “tempo” indicado pelos(as) pescadores(as) como a principal fonte de informação para que eles(as) possam decidir sobre sair ou não para pescar. Não o tempo na sua forma linear, de calendário, mas o tempo no sentido perceptível aos seus olhos. Como dizem “estamos sempre a olhar o tempo”. Se está mais frio ou mais calor, se está chovendo, se está noite ou dia, se está muito vento e em que direção, se está maré alta ou maré baixa, se a água está mais clara ou mais escura, tudo isso são características que são

levadas em consideração para entender a arte da pesca e que foram sendo construídos com a prática.

Finalmente, é de fundamental importância saber sobre as artes da pesca, ou seja, como se pesca, o que se pesca em determinada época do ano e os mecanismos de subsistência e segurança no mar, bem como conhecimentos sobre recolha, armazenamento e comercialização do pescado. Enfim, um conhecimento como dizem os pescadores(as) “que não estão nos livros”. Além disso, um conhecimento ancestral de como se pescava antigamente para poder perceber as mudanças que se fizeram necessárias para sobrevivência da pesca artesanal e a sua continuidade.

Conclusões

O pressuposto adotado nesta investigação sobre o conceito de sustentabilidade, parte de uma matriz interpretativa complexa e multidimensional em que tenta integrar o conjunto da vida individual e social, prioriza o preceito de equidade social e desconfia da capacidade do mercado como alocador de recursos. Portanto não está ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável mas de sociedades sustentáveis. Comunga que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas, de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais (Costa Lima; 2003).

Nesta matriz, a base do termo sustentável orbita na questão da ética - fazer relacionar as questões da humanidade com os não-humanos, descentralizando-a. Além dessa questão, fundamentalmente importante em todos os setores, neste caso específico para o setor da pesca artesanal, os resultados aqui apresentados vão numa direção de compreender a complexidade e o conjunto de aspectos que fundamentam este conceito, no contexto da comunidade piscatória da Costa de Caparica.

Assim, nossas considerações finais baseiam-se nos escritos de D'Ambrosio (1993; 2005; 2018); Leis (1999); Sachs (2002) e Franco & Mesquita (2021).

D'Ambrosio (1993; 2005; 2018) e a sua preocupação do respeito pela vida se funde em oito categorias de análises a saber: organização urbana demografia e habitação; saúde; educação; economia; energia; transportes; comunicação e sustentabilidade. Deixando claro que todas as categorias estão intrinsecamente relacionadas e a sustentabilidade resulta de todas. Leis (1999) nos apresenta pelo menos três dimensões básicas da análise científica para o conceito de sustentabilidade: a ambiental, a social e a econômica. Para Sachs (2002) a sustentabilidade alicerça-se em oito dimensões principais: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

A respeito, especificamente, da pesca corroboro com as ideias de Franco & Mesquita (2021) quando consideram um triângulo de relações interdependentes entre indivíduo, sociedade e ambiente sem negligenciar nenhum dos elementos no investimento da sustentabilidade e, no caso da pesca artesanal, terá efeito contrário investir na sustentabilidade do peixe se não pensar em mecanismos que levem em consideração a sustentabilidade do(a) pescador(a) artesanal local, da zona costeira e do oceano.

Diante do conceito de Sociedade Sustentável e do Programa Etnomatemática, transversalizados pela ética, apresento as considerações finais tomando como análise sete dimensões da comunidade piscatória: *sociocultural, étnico-racial, ambiental, territorial, econômica, legal e educacional e na intersecção de todas o conceito de sustentabilidade.*

De modo a sistematizar as conclusões, as dimensões estudadas serão agrupadas em três grandes blocos e a intersecção deles a questão da sustentabilidade da pesca artesanal: O HUMANO (dimensões sociocultural e étnico-racial), AS LEIS (dimensões territorial; econômico, legal e ambiental) e O LEGADO (dimensão educacional).

No que se refere ao bloco sobre O HUMANO as dimensões *sociocultural, étnico-racial* há uma intercessão entre elas por se tratar de analisar as ações e atitudes sobre as pessoas que se relacionam no ambiente da pesca. As dimensões aqui agrupadas se referem, essencialmente, sobre as necessidades e os comportamentos inerentes a forma como os conhecimentos sobre a pesca e a partir dela, bem como os elementos que se constituem o imaginário dos pescadores tais como suas crenças religiosas, suas estórias sobre as pessoas e os acontecimentos, suas relações com a natureza, dentre outros, possam ser transmitidos e aprendidos, no sentido de um aperfeiçoamento e uma continuidade daquilo que já foi produzido e que, ao longo do tempo, favoreceu a permanência do que estamos denominando de cultura da pesca artesanal.

De fundamental importância, também, é perceber o diferente e no caso da Costa de Caparica a presença dos pescadores negros de origem africana. Diferença não pela cor da sua pele, mas principalmente pelo comportamento e pelas relações pessoais estabelecidas enquanto colegas de profissão e tratamento na sua integridade. A sustentabilidade da pesca artesanal também depende da maneira como essas pessoas são vistas pela comunidade e de que maneira elas se encontram sobre suas necessidades básicas: moradia, alimentação, equidade no pagamento, legalidade, afetividade, dentre outros. As observações mostraram que, pelo menos, dois dos pescadores negros de origem africana que vivem na Costa de Caparica se encontram em situações precárias. Por ter um salário que não seja compatível com as necessidades de sobrevivência básica, moram nos armazéns (alvéolo) sob condições degradantes. Um cômodo de madeira, insalubre de pouca luminosidade e em estado precário de sobrevivência, sem conforto e sem perspectiva de melhora, comendo e dormindo em situação de “morador de favela”, muitas vezes, dependendo de doação para sua alimentação e pequenos eletrodomésticos de sobrevivência mínima.

Em relação a um deles pode presenciar situações de *bullying* no ambiente de trabalho. “Brincadeiras” envolvendo sua cor da pele e situações de comportamento que, quanto mais ele se chateava, mais as pessoas se sentiam felizes, tomando tais atitudes como “brincadeiras” como lhe tocar nas suas orelhas e nas nádegas.

No que se refere ao bloco sobre AS LEIS as *dimensões territoriais, econômicas, legais e ambientais* estão intimamente relacionadas no seu aspecto de busca de espaços físicos e políticos para a viabilização da sustentabilidade econômica decorrente das leis que estão em vigência para a pesca artesanal. Primeiro discutir sobre quais são os espaços e de que forma eles foram sendo perdidos à medida que foram aparecendo novas demandas fora do contexto da pesca artesanal, tal como o turismo e, decorrente disso, os espaços de bares, restaurantes e habitação turística.

Tais elementos estão relacionados com a legislação que proíbe o(a) pescador(a) de exercer a sua atividade em dias e horários específicos. Estas restrições podem causar um impacto econômico à medida que os horários especificados pela lei são aqueles que apresenta uma diminuição de atividade dos peixes de melhor mercado ou mesmo de menor intensidade. As espécies de hábitos diurnos, por exemplo, se movimentam menos à noite. Como dizem os pescadores “o peixe não tem relógio”. Restringir determinados horários para a pesca é, acima de tudo, colocar o(a) pescador(a) numa condição de obediência e tirar-lhes a liberdade de exercer sua profissão de acordo com suas características mais essenciais que é o tempo e o clima.

Outra questão é o espaço de comercialização – a Lota – e a falta de liberdade dos pescadores para poder vender o pescado para quem quiserem e pelo preço que desejarem. Há uma legislação pela obrigatoriedade da comercialização pela Lota, com taxas prefixadas e pelo preço que ela oferece. Fora isso um grande descompasso de venda livre para os compradores de peixes da Lota. Enquanto o(a) pescador(a) fica preso a determinadas amarras da lei em relação a sua comercialização os “peixeiros” estão livres para venderem a quem eles quiserem e a preço que lhes convém. Por que essa disparidade legal entre os que pescam e os que comercializam o pescado? Segundo os pescadores “os que mais trabalham são os que menos ganham”, sem contar, evidentemente, que os riscos da profissão, sob o ponto de vista da preservação à vida, são muito mais impactantes para o(a) pescador(a) do que para o vendedor de peixes.

Outras questões muito relacionadas entre o legal e o econômico estão os subsídios governamentais para a pesca artesanal. Apesar do pequeno subsídio do gásóleo há uma preocupação por parte dos pescadores em relação a descompasso entre o preço do peixe

vendido na Lota e os preços dos insumos para a pesca: redes, equipamentos, motores, barcos e manutenção. O preço dos peixes não acompanha as altas nos preços desses insumos e, assim, fica cada vez mais difícil sustentar a pesca. Acontece que quando o(a) pescador(a) precisa de um subsídio para compra de um equipamento, por exemplo, tem que especificar o tipo de equipamento e, muitas vezes, não são aqueles que as autoridades “recomendam”. O caso do motor do barco, por exemplo, o que o governo subsidia não é compatível com a potência necessária para minimizar os riscos de vida na pesca. Outra questão é que o(a) pescador(a) precisa primeiro comprar o equipamento do seu próprio bolso para depois receber um subsídio sobre a compra.

Outras questões estão relacionadas ao pagamento de taxa sobre as vendas no caso, especificamente, da Arte-Xávega em que emprega muitas pessoas e, entretanto, poucas são registradas, acarretando assim, um falso rendimento para o armador no final do ano. Como não há uma garantia de emprego o ano todo para os camaradas e nem um subsídio governamental para a entressafra da pesca, muitos camaradas da Arte-Xávega se negam a assinar comprovantes de rendimento para não atrapalhar seu orçamento familiar. Acontece, às vezes, da Arte-Xávega não sair a pesca por falta de material humano para o trabalho.

Decorrente das legislações, das políticas de preço do peixe, das altas taxas de impostos e do significativo aumento dos insumos para a pesca não foram poucos os pescadores que disseram que “se andar dentro da lei morre de fome”. Este conjunto de procedimentos e ações, muitas vezes, estimula o(a) pescador(a) a “andar fora da lei” e encontrar aqueles que colocam redes em quantidades e tempo de espera acima do permitido, malhas fora das medidas e por consequência peixes ainda em estágios de crescimento ou espécies com vendas proibidas. Isto gera um desconforto por parte dos pescadores por se sentirem incomodados com a fiscalização e com as possíveis multas ou com barcos apreendidos e o que é pior, tendo as vezes que mentir no momento da entrega do peixe quando lhes perguntam qual o tamanho da malha que foi usado para a captura de determinada espécie.

No que se refere à *dimensão ambiental* se mostra na parte física do processo da pesca artesanal. Discutir sobre a possibilidade de minimizar os impactos da pesca artesanal tanto no que se refere à *mortandade de animais marinhos* nas duas artes pesquisadas (xávega e emalhar), bem como encontrar soluções para os *impactos ambientais das redes e das armadilhas de pesca* (covos e alcatruzes) e os impactos dos *usos dos tratores* (dunas e vazamento de óleos). Há de se considerar também o estudo

com mais profundidade, juntos, pescadores(as), pesquisadores e demais interessados, sobre os impactos na produtividade da pesca e na própria vida dos pescadores(as) que, possivelmente, possam ocorrer, decorrente das *mudanças climáticas* que tem sido objeto de discussão nos meios acadêmicos e políticos da sociedade global.

No que se refere ao O LEGADO, a dimensão educacional proporciona aprender sobre as artes de pesca, suas técnicas, sobre suas relações com a natureza, sobre as regulações do mercado e das leis que a sustenta, dentre outros, solidifica a cultura da pesca e garante a sua sobrevivência. Conhecimentos sobre as redes, as armadilhas de polvos, sobre o manuseio dos barcos, sobre o que se pesca e quando se pesca, sobre o que se pode e o que não se pode pescar ou agir se constituem nos pilares essenciais da continuidade e da preservação da cultura local.

Entretanto não somente sobre as ações e atos utilitários se constituem como necessário para a continuidade da pesca, mas também conhecer sobre o passado e o presente das relações pessoais e dos acontecimentos que se movimentam ao redor do ambiente da pesca artesanal. Assim, também é de fundamental importância conhecer e propagar as histórias e personagens que ajudaram a construir uma teia de significados para a pesca, tais como as histórias dos naufrágios, os perigos que o mar representa para o(a) pescador(a) e sua família, os casos pitorescos de pessoas e acontecimentos que ficaram como recordação dos mais velhos, os casos contados nos bares e cafés frequentados pelos pescadores no seu momento de descontração, os nomes que são dados aos barcos e o que eles representam para o(a) pescador(a) e a pesca artesanal.

Os velhos pescadores, suas histórias e suas histórias bem como as diferenças da técnica e da tecnologia de outros tempos para tempos de agora. As transformações espaciais e afetivas da praia e dos lugares de moradia, os conhecimentos sobre o tempo e o clima, ventos, tempestades, marés, fases da lua, movimento das ondas e muitos outros elementos que só são possíveis de conhecer se houver uma vontade e um interesse para que os mais jovens possam se apoderar destes saberes e, a partir deles, continuarem na preservação da pesca artesanal.

Finalmente, todo esse arcabouço envolvendo pessoas, fatos e acontecimentos se constitui naquilo que temos chamado de sustentabilidade da pesca artesanal da Costa de Caparica, entretanto para que esta sustentabilidade se concretize se faz necessário que se busque mecanismos de entendimento do *que se quer, do que se deve e do que se pode fazer* para que a pesca continue de forma harmoniosa baseada pelos princípios e valores conquistados ao longo da história da comunidade de forma que o seus desejos sejam conquistados por aquilo o que eles podem e devem fazer.

Aparentemente, por mais que muitos pescadores achem que a pesca artesanal em breve vai se acabar, (e os motivos não faltam para isso, principalmente quando se busca nos pilares do econômico sua sustentabilidade), outros acreditam que enquanto houver gente que gosta da pesca – “só está aqui quem gosta da pesca” - ela nunca vai se acabar.

Portanto fica claro que o que eles *querem* é a continuidade da pesca artesanal de forma sustentável, mesmo em um cenário pessimista, ou pela falta de incentivo para os mais jovens, ou por verem suas famílias reclamarem das condições em que vivem ou por não encontrarem confiança suficiente para investirem nesta profissão. - “hoje o pescador vive uma vida miserável” como dizem alguns. Uma profissão perigosa e instável, pois quando se sai para pescar nunca se sabe se a pesca vai ser suficientemente rentável para pagar as contas no final do mês, por isso, uma atividade que envolve muito trabalho e dedicação, além de altos investimentos para iniciar um negócio.

À medida que as lideranças mais velhas vão deixando a pesca tem havido pouca demanda em relação às novas. Há um esvaziamento político nas novas gerações e isto se torna cada vez mais difícil para que o *que se deve fazer* para que a sustentabilidade da pesca seja concretizada. É do conhecimento dos pescadores que se faz necessário uma entidade representativa forte que agregue a categoria ou alguma instância deliberativa, de modo que possa uni-los politicamente nas reivindicações das demandas que prejudica a pesca, mas que, entretanto, lhes falta a união necessária para a concretização desta ação. Como dizem, “se os pescadores fossem unidos a história seria outra”, mas por falta destas lideranças ainda predomina o individualismo e a disputa pelos melhores mercados. Não há dúvidas que se há algum problema com algum colega eles se ajudam, como, por exemplo, um naufrágio ou uma doença, mas fica claro a disputa pelos melhores locais e melhores barcos e melhores motores, a prova disso é que é considerado “o(a) melhor pescador(a)” é aquele(a) que apanha mais peixe. “Não há segundo lugares, sempre primeiros”.

É de conhecimento dos pescadores que se faz necessário discussões em torno das questões territoriais e ambientais apontadas neste relatório, bem como a participação deles na mesa de negociações sobre o preço do peixe e das legislações que foram e estão sendo criadas para a pesca em Portugal, mas que estão longe de serem benéficas para a pesca artesanal.

Em relação à questão da convivência dos pescadores de origem portuguesa com pescadores negros de origem africana há de pensar em mecanismos de compartilhamento de informações entre os mais jovens da necessidade do respeito pelas diferenças e, principalmente, discutir sobre a questão da solidariedade e da

cooperação para que os pescadores negros de origem africana possam ter uma vida com mais dignidade e bem-estar emocional, social e financeiro.

Não há dúvidas sobre a importância de que novas gerações possam se encontrar com os conhecimentos dos mais velhos, aliados às novas formas de conhecer pela técnica e pela tecnologia do presente. Isto implica a necessidade de buscas por mecanismos de capacitação de informações além da escola tradicional que já existe. Como dizem os(as) pescadores(as) aprender aquilo que “não estão nos livros” pela prática e pela convivência social. Aprender sobre as artes da pesca e tudo aquilo que nela contém exige das autoridades locais (pescadores(as) e não pescadores(as)) um esforço coletivo para que se possa oferecer oportunidades para que os mais jovens possam se tornar também pescadores(as).

Essa vontade de pesca aliada a falta de liderança e fragilidade política acarreta naquilo que se *pode fazer* diante deste cenário. Neste momento entendemos que o que se pode fazer é um alinhamento de todas as forças que, porventura, seja possível organizar para a busca das conquistas necessárias. Isto envolve um alinhamento transvesalizado pela harmonia do que querem, do que devem, e do que possa ser feito, decidido por eles no compartilhamento das diferenças em busca dos consensos. Isto envolve um conjunto de princípios e valores e uma vontade política para organizar e reivindicar aquilo que pode ser feito dentro dos preceitos dos pilares que sustentam a paz e a harmonia entre as pessoas que se constituem na pesca artesanal da Costa de Caparica.

Relacionando os resultados aqui apresentados com a literatura sobre o tema podemos constatar que muitos temas já foram tratados em pesquisas anteriores, entretanto, a inovação deste estudo se deu, principalmente, pela necessidade de buscas de soluções e de um estudo mais aprofundado sobre as *relações socioculturais entre os pescadores portugueses com os pescadores negros de origem africana especificamente no que se refere às questões de habitação e de bullying*.

Assim, levando em consideração as liberdades individuais, apresentamos aqui algumas recomendações para discussões e debates na comunidade piscatória da Costa de Caparica:

1. Discutir mecanismos que possa trazer o sentido de pertencimento dos pescadores artesanais;
2. Aprofundar e discutir as fragilidades e as potencialidades da pesca artesanal;

3. Potencializar o legado da pesca artesanal para que as novas gerações possam coconstruir os conhecimentos com os mais velhos, aliados às novas formas de conhecer pela técnica e pela tecnologia do presente;
4. Discutir sobre os impactos da pesca relativo às questões territoriais, buscando encontrar caminhos participativos interculturais;
5. Buscar alternativas para os impactos ambientais da pesca artesanal revisitando sua ancestralidade;
6. Ter uma representação na mesa de negociações sobre o preço do peixe e das legislações que envolvem a pesca artesanal;
7. Compartilhar a necessidade e a importância do respeito pelas diferenças socioculturais e étnico-raciais;
8. Continuar e intensificar as parcerias com a Universidade e outras instituições interessadas na pesca artesanal;
9. Aproveitar resultados de pesquisas já realizadas sobre a pesca artesanal na Costa de Caparica tais como os projetos *Partibridges* e *Smart Fishing*, dentre outros.

Referências

- COSTA LIMA, G. (2003) O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, nº 2, jul- dez.
- CRESWELL, J. W. (2010) *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª. edição. Porto Alegre: Artmed.
- D'AMBROSIO, U. (1985) *Sociocultural bases for mathematics education*. Campinas: UNICAMP, Centro de Produções.
- D'AMBROSIO, U. (1987) *Etnomatemática: raízes Socio-Culturais da Arte ou Técnica de Explicar e Conhecer*. Campinas; UNICAMP,
- D'AMBROSIO, U. (1993) Potential North-South agreements on Sustainability. IN Rotblat, J.; Helmann S. A Word at the Crossroads: new conflicts, new solutions: *Annals of Pugwash*. Songapore-New Jersey-London-Hong Kong: Word Scientific, pp. 172-177.
- D'AMBROSIO, U. (2005) Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n.1. São Paulo, pp. 99-120.
- D'AMBROSIO, U. (2018) Etnomatemática, justiça social e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 32 (94), pp. 189-204.
- FRANCO, S.; MESQUITA, M. (2021) Observatório de Literacia Oceânica: uma postura etnomatemática na ecologia local. *ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação*, v. 3, n. Especial, pp. 84-95.

- FREIRE, I. (2014). Da Etnografia à Etnografia Crítica: movimentos emancipatórios na construção de comunidades. In M. Mesquita (Ed.) *Fronteiras Urbanas - Ensaio sobre a humanização do espaço*. (pp. 81-87). Anonymage: Viséu.
- LAPORTA, L. (2014). Direitos de Acesso e o Acesso aos Direitos. In Mesquita, M. (Org.). *Fronteiras Urbanas - sobre a humanização do espaço*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- LEIS, H.R. (1999). *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis-RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- MARTINS, R. & CARNEIRO, M. (2020). *Artes de Pescas Artesanais em Portugal - Argos* – Revista do Museu Marítimo de Ilhavo, n. 8, 106-121p.
- MESQUITA, M. (ORG.). (2014) *Fronteiras Urbanas – sobre a humanização do espaço*. In Mesquita, M. (Org.). *Fronteiras Urbanas - Ensaio sobre a humanização do espaço*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SILVA, F. (2014). Costa Fronteira. In M. Mesquita (Ed.). *Fronteiras Urbanas - Ensaio sobre a humanização do espaço*. (pp. 73-82). Anonymage: Viséu.
- THOMAS, J. (1993). *Doing Critical Ethnography*. Califórnia: Sage Pub. Co.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado, em especial a minha supervisora Profa. Dra. Mônica Mesquita e aos pescadores(as) Patrícia, Rita, Antônio, Ricardo, Mario Pedro, Mario Gomes, Paulinho, Chico, Sarel e Miguel.

This work was funded by Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal), through the strategic projects UIDB/04292/2020 and UIDP/04292/2020 granted to MARE - Marine and Environmental Sciences Centre, and the project LA/P/0069/2020 granted to the Associate Laboratory ARNET - Aquatic Research Network.

No Brasil: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP (Processo 2021/11281-7)

Filiação:

MARE - Marine and Environmental Sciences Centre, ARNET - Aquatic Research
Network Associate Laboratory, NOVA School of Science and Technology, NOVA
University Lisbon, Caparica, Portugal